

ATO 509 /2024- O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, DISPENSA, nos termos do Decreto 46.548, de 27 de junho de 2014, da Gratificação por Atividade de Fiscalização Agropecuária - GAFISA, GAFA IM 653, o servidor Luiz Antônio Vieira Guido, masp 1017646-9, a partir de 06/09/2024.

ATO 511/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONCEDE PROGRESSÃO NA CARREIRA, nos termos da Lei 15.303/2004, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal IMA, aos servidores relacionados abaixo:

MASP	Servidor	Carreira	Nível	Grau	NÍVEL	GRAU	VIGENCIA
10178572	DALMO GONCALVES COSTA	FISAG	V	B	V	C	24/08/2024
10176022	LUCELIA VASCONCELOS PAOLINELLI FERNANDES	FISCA	VI	D	VI	E	18/08/2024
10177814	OLICIO JOSE DA SILVA	AUPE	VI	C	VI	D	18/09/2024
11221124	VIVIANE SILVA VILLELA	AGDA	VI	C	VI	D	12/09/2024

ATO 512/2024- O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONCEDE PROMOÇÃO NA CARREIRA, a partir das respectivas vigências, nos termos do artigo 16º da Lei nº 15.303/2004, o servidor relacionados abaixo:

MASP	Servidor	Carreira	Nível	Grau	NÍVEL	GRAU	VIGENCIA
10176733	JOSE ROBERTO DOS SANTOS	FISAG	IV	C	V	A	29/08/2024

ATO 513/2024- O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONCEDEo direito de opção de vencimento, nos termos do art. 20, II, da Lei Delegada nº 175, de 26/01/2007, alterado pelo art. 16 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, pelo cargo efetivo acrescido de 50% do valor do cargo em comissão, a partir de 02/09/2024, ao servidor abaixo:

MASP	Servidor	Cargo em comissão	Código
941788-2	EUGENIO PACCELLI LOUREIRO VASCONCELOS	DAI 4	IM 1100115

Antônio Carlos De Moraes
Diretor Geral

17 1991633 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

Expediente

RESOLUÇÃO SECULT Nº 49, 16 DE SETEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a progressão dos servidores de carreira do grupo de atividades de Cultura e Turismo do Poder Executivo, a que se refere o art. 18 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 93, §1ºinc. III, da Constituição do Estado de Minas Gerais,
RESOLVE:

Art. 1 - Conceder Progressão na Carreira, nos termos do art.18 da Lei nº 15.467/2005 aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, relacionados no Anexo Único desta Resolução:

Art.2 – Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data das vigências previstas, para regularização funcional.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024
Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo

Anexo Único

MASP	NOME	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR À PROGRESSÃO	SITUAÇÃO POSTERIOR À PROGRESSÃO	DATA DA VIGÊNCIA
368309-1	Adriana Márcia de Deus	C.E – Gestor de Cultura	Nível III, Grau A	Nível II, Grau B	03/01/2024
1367815-6	Christlene Ribeiro da Cunha	C.E – Técnico de Cultura	Nível II - Grau A	Nível II, Grau B	03/07/2024
1367092-2	Edwaldo Ribeiro Cordeiro	C.E – Analista de TV	Nível II - Grau A	Nível II - Grau B	15/06/2024

17 1991311 - 1

RESOLUÇÃO SECULT Nº 50, 16 DE SETEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a promoção pela regra geral aos servidores de carreira do Grupo de Atividades de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo do Poder Executivo, nos termos da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005 e da Lei 15.468, de 13 de janeiro de 2005 e Decreto 47.745 de 01 de novembro 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 93, §1ºinc. III, da Constituição do Estado de Minas Gerais,
RESOLVE:

Art.1 - Conceder Promoção pela Regra Geral na carreira, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo nos termos do art.19 da Lei nº 15.467/2005 e art.17 da Lei 15.468, de 13 de janeiro de 2005 considerando Of. Cofin n.º 0915/2020, conforme abaixo..

NOME	MASP	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR À PROMOÇÃO	SITUAÇÃO POSTERIOR À PROMOÇÃO	DATA DA VIGÊNCIA
José Ênio da Silva	358498-4	C.E - Técnico de Cultura	Nível III, Grau C	Nível IV, Grau A	03/10/2023

Art.2 – Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da vigência prevista, para regularização funcional.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024.
Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo

17 1991313 - 1

Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop

Presidente: Luiz Henrique Câmara Trindade

PORTARIA FAOP N°21/2024

Dispõe sobre a designação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo - CPAD da Fundação de Arte de Ouro Preto O Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, Decreto Estadual nº 47.922, de 23 de abril de 2020, RESOLVE:

Art. 1º - Designar, no âmbito da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivos - CPAD, conforme determina o artigo 12 da Lei Estadual nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011, regulamentado pelo artigo 4º, § 2º e artigo 5º, § 1º e 2º do Decreto Estadual nº 46.398/2013.

Art. 2º - A CPAD/FAOP será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- a)Alexandre Freitas Bemfica - Técnico em Cultura (Masp 1.388.139-6)
b)Bartolomeu Fernandes Ferreira - Gestão de elaboração de projetos (Masp 1.552.625-4);
c)César Teixeira de Carvalho - Professor (Masp 1.166.167-5);
d)Solange Maria Ribeiro - Assessora de Gabinete (Masp 1.002.806-6);
e)Patrícia de Souza Sarmento - Gestora de Cultura (Masp 1.466.571-5);
f)Wanessa de Alves de Assis - Técnico de Gestão Proteção e Restauro (Masp 1.153.660-4).

Art. 3º - Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

§ 1º - Os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante publicação, por decisão do titular do órgão ou por solicitação justificada do próprio membro, nesse último caso, desde que autorizado pela chefia imediata e dirigente máximo da Fundação.

§ 2º - No caso de desligamento do servidor da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP membro da CPAD/FAOP, o setor de vinculação deverá providenciar a substituição, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo:

I - Orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no arquivo da Fundação de Arte de Ouro Preto, tendo em vista a identificação dos mesmos para guarda permanente, e a eliminação daqueles sem valor probatório e ou informativo;

II - Propor métodos de arquivamento voltados ao melhor aproveitamento do espaço físico disponível, nas unidades da fundação;

II – um representante da Secretaria de Estado de Educação – SEE

Titular: Danielle Cristina Chaves

Suplente: Fernanda Silva Souza

III – um representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES

Titular: Fábio Baccheretti Vitor

Suplente: Lírica Salluz Mattos Pereira

IV – um representante da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult

Titular: Josiane Miriam de Souza

Suplente: Nathalia Larsen

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2024.

Alessandra Diniz Portela Silveira

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

17 1991638 - 1

PORTARIA SEDESE Nº 15/2024

Recondução de Comissão Processante

A Controladora Setorial da Secretaria Estado de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Resolução SEDESE nº 01, de 15 de fevereiro de 2024, com publicação no Diário Oficial do Estado, em 27 de abril de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Reconduzir os membros da Comissão designada para a apuração dos fatos no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SEDESE nº 05/2024, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de abril de 2024, sob a presidência da servidora Laurete Flor da Silva Brandão, Masp nº 367.136-9;

Art. 2º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, a contar da publicação da presente Portaria;

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2024

Rejane Márcia de Carvalho

Controladora Setorial – SEDESE

PORTARIA SEDESE 16/2024

Recondução de Comissão Processante

A Controladora Setorial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º da Resolução SEDESE nº 01 de 15 de fevereiro de 2024, com publicação no Diário Oficial do Estado, em 27 de abril de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Reconduzir os membros da Comissão designada para a apuração dos fatos no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SEDESE nº 12/2021, publicada no Diário Oficial do Estado em 04/09/2021, sob a presidência da servidora Laurete Flor da Silva Brandão, Masp nº 367.136-9;

Art. 2º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, a contar da publicação da presente Portaria;

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2024.

Rejane Márcia de Carvalho

Controladora Setorial - SEDESE

17 1991388 - 1

RESOLUÇÃO CIB Nº 07/2024
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
DE MINAS GERAIS - CIB-SUAS/MG

Pactua critérios de elegibilidade e partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - Feas para expansão de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais ofertados nos Creas municipais, em municípios de Pequeno Porte.

A Comissão Intergestores Bipartite – CIB de Minas Gerais, em reunião plenária ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2024, de acordo com suas competências estabelecidas pela Resolução SEDESE nº 24 de 27 de julho de 1999, alterada pela Resolução SEDESE nº 06, de 16 de março de 2019, e

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social-Ceas e dá outras providências;

Considerando a Lei Estadual nº 12.227, de 2 de julho de 1996, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS – e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006;

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que regula os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, organiza o modelo da proteção social, normatizando e operacionalizando os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução de serviços, programas, projetos e benefícios;

Considerando a Resolução SEDESE nº 46, de 26 de agosto de 2022, que dispõe sobre a divulgação do “Diagnóstico Estadual da Incidência de Violações de Direitos nos Municípios de Pequeno Porte I, sem cobertura de CREAS em Minas Gerais”;

Considerando a Resolução CEAS/MG Nº 830, de 23 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – PEAS/MG 2024-2027;

Considerando a Resolução CEAS/MG nº 857, de 29 de julho de 2024 que dispõe sobre a proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024/2027 da unidade orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS da SEDESE;

Considerando as metas de implantação de CREAS previstas no PEAS e no PPAG para o ano de 2025 na ação orçamentária 4429 - Proteção Social Especial de Média Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º – Pactuar critérios de elegibilidade e partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - Feas para expansão de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais ofertados nos Creas municipais, em municípios de Pequeno Porte.

Parágrafo Único – O cofinanciamento tem como objetivos ampliar os recursos e a cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade nos municípios de Pequeno Porte, conforme metas previstas no Plano Estadual de Assistência Social para 2025;

Art. 2º – São elegíveis à expansão do cofinanciamento para os serviços socioassistenciais ofertados nos Creas Municipais os municípios que atenderem aos seguintes critérios:

I – Municípios de pequeno porte que possuem CREAS municipais registrados no Censo SUAS 2023 e ativos no CADSUAS na data de referência 13 de setembro de 2024, e que não possuem cofinanciamento federal e ou estadual.

II – Municípios sem Creas Municipal e não abrangidos por Creas Regional, que tenham maior incidência de violência/violação de direitos, conforme cálculo da incidência de violação por mil habitantes pelo Diagnóstico Estadual da Incidência de Violações de Direitos nos Municípios de Pequeno Porte I, sem cobertura de CREAS em Minas Gerais.

Art.3º – O valor do cofinanciamento estadual é de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, que serão repassados a cada um dos municípios.

Art.4º – Serão cofinanciados, até o ano de 2025, 68 municípios de Pequeno Porte, para execução dos serviços socioassistenciais ofertados nos Creas municipais.

Parágrafo Único: De acordo com disponibilidade orçamentária do Feas, a expansão do cofinanciamento poderá contemplar mais municípios, dando sequência à lista de municípios que tenham maior incidência de violência/violação de direitos, conforme Diagnóstico Estadual da Incidência de Violações de Direitos nos Municípios de Pequeno Porte I, sem cobertura de CREAS em Minas Gerais.

Art. 5º – A Sedese disponibilizará o Termo de Aceite para os municípios elegíveis, e em caso de recusa ou ausência de resposta dos municípios, no prazo de 30 dias, a SEDESE convocará os demais municípios na ordem de classificação conforme o Diagnóstico Estadual da Incidência de Violações de Direitos nos Municípios de Pequeno Porte I, sem cobertura de CREAS em Minas Gerais.

Art. 6º – O recurso do cofinanciamento será transferido na modalidade fundo a fundo do Feas aos FMAS dos municípios contemplados, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Feas, observadas as disposições constantes no Decreto Estadual nº 48.269, de 20 de setembro de 2021.

Art. 7º – Os municípios elegíveis deverão firmar Termo de Aceite disponibilizado pela Sedese no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e preencher o respectivo plano de serviços relativo à transferência, disponibilizado pela Sedese e tramitado no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – Sigcon-MG – Módulo Saída.

Art. 8º – Os municípios estabelecidos no artigo 2º, ao realizarem o Aceite, devem assumir o compromisso de observar as normativas do Sistema Único de Assistência Social - Suas referentes às provisões necessárias para a execução e manutenção dos serviços.

§1º – Os municípios estabelecidos no Inciso II do artigo 2º, ao realizarem o Aceite, devem assumir o compromisso de implantar o serviço, observando as normativas do Sistema Único de Assistência Social - Suas referentes às provisões necessárias para sua execução.

§2º – A continuidade do repasse dos recursos para os municípios de que trata o §1º observará a demonstração da implantação do serviço em até seis meses, a partir do primeiro repasse.

Art.9º – A Sedese editará normas e orientações complementares para os Municípios com procedimentos operacionais para adesão ao Termo de Aceite e implantação dos serviços.

Art. 10 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024

Mariana de Resende Franco

Subsecretária de Estado de Assistência Social
Coordenadora da Comissão Intergestores Bipartite

Welington Duarte Ribeiro
Presidente do COGEMAS/MG
Representante Titular do COGEMAS na
Comissão Intergestores Bipartite

17 1991446 - 1

MINAS GERAIS

Diário Oficial Eletrônico

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR
ROMEU ZEMA NETO

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO
GUSTAVO DA CUNHA PEREIRA VALADARES

SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA DE GOVERNO
MILA BATISTA LEITE CORRÊA DA COSTA

CHEFE DE GABINETE
GUSTAVO OLIVEIRA BRAGA DE SOUZA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DO DIÁRIO OFICIAL
RAFAEL FREITAS CORRÊA

DIRETORA DE GESTÃO E RELACIONAMENTO
ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS

DIRETORA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO
ROSANA VASCONCELLOS FORTES ARAÚJO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
DE MINAS GERAIS - SEGOV

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO
DO DIÁRIO OFICIAL

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Papa João Paulo II, 4000
Prédio Gerais, 1º andar
Bairro Serra Verde - BH / MG
CEP: 31630-901

Atendimento Negocial do Diário Oficial

WhatsApp: (31) 3916-7075

E-mail: jornalminasgerais@governo.mg.gov.br

Produção do Diário Oficial

WhatsApp: (31) 3915-0257

E-mail: diario@governo.mg.gov.br

Página eletrônica: www.jornalminasgerais.mg.gov.br



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240917235344015.